



**EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/2025  
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 037/2025**

**ALTERA O INCISO III DO ART. 5º; INCLUI O ART. 4º-A; MODIFICA O ART. 26; ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 17; E SUPRIME O § 2º DO ART. 41 E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 43, DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 037/2025, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONCESSÕES DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os vereadores **ÉDINHO MORO, ÉLIO JOÃO MARIA RODRIGUES, FRANCISCO PIAZZA, MAICON MARTINAZZO, MATEUS RODRIGO PIRES E MATEUS JUNG**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Zortéa, apresentam a seguinte Emenda ao Projeto de Lei Ordinária nº 037/2025:

**Art. 1º** O inciso III do art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

*III – Publicar Decreto que institui e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e Concessões (CGPPP), órgão de caráter opinativo;*

**Art. 2º** Fica incluído, no Capítulo I – Das Disposições Gerais, o art. 4º- A, com a seguinte redação:

*Art. 4º- A. A celebração de concessão de serviços públicos, concessão de uso de bem público, concessão patrocinada ou concessão administrativa depende de autorização legislativa específica, mediante lei própria para cada projeto, sem prejuízo do cumprimento integral da legislação federal aplicável.*

**Art. 3º** O art. 26, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 26. A contratação de parcerias público-privadas e concessões será precedida de licitação, nas modalidades de concorrência ou diálogo competitivo, observada a legislação federal aplicável, e a abertura do processo licitatório fica condicionada à prévia lei autorizativa específica, nos termos desta Lei.*

**Art. 4º** Acrescente-se parágrafo único ao art. 17, com a seguinte redação:



Estado de Santa Catarina

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA



*Parágrafo único. A outorga da concessão de que trata este artigo fica condicionada à autorização legislativa específica, mediante lei própria para o projeto, observado o disposto no art. 4º-A.*

**Art. 5º** Suprime-se o § 2º do art. 41.

**Art. 6º** Suprime-se o parágrafo único do art. 43.

**Art. 7º** Mantidas as demais disposições do Projeto, renumerem-se os parágrafos, referências internas e, se necessário, adequem-se remissões para refletir a inclusão do art. 4º-A e as alterações ora aprovadas.

Zortéa, 03 de novembro de 2025.

**Edson Antonio Calliari Moro**

**Élio João Maria Rodrigues**

**Francisco Piazza**

**Maicon Fabiano Martinazzo**

**Mateus Rodrigo Antunes Pires**





## **JUSTIFICATIVA**

### **JUSTIFICATIVA DA EMENDA Nº 002/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 037/2025**

A presente Emenda tem por finalidade aperfeiçoar o Projeto de Lei Ordinária nº 037/2025 sob as perspectivas da legalidade, da separação de poderes, da governança pública e da segurança jurídica, sem inovar indevidamente em relação às normas gerais federais de concessões e parcerias público-privadas.

Inicialmente, ao estabelecer que o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e Concessões (CGPPP) possui caráter opinativo, preserva-se a competência decisória do Poder Executivo para os atos de gestão (instauração do processo, homologação, adjudicação, contratação e fiscalização), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios constitucionais da separação de poderes e da legalidade (CF, art. 37). O CGPPP cumpre, assim, papel técnico-consultivo, fomentando qualidade decisória, transparência e controle social, sem substituir a autoridade competente.

Ainda, a exigência de autorização legislativa específica por lei própria para cada projeto para concessão de serviços públicos, concessão de uso de bem público, concessão patrocinada ou concessão administrativa harmoniza-se com a Lei Orgânica do Município de Zortéa, que já atribui à Câmara a competência para autorizar concessões correlatas, e com a competência municipal prevista no art. 30, I e II, da Constituição Federal (legislar sobre interesse local e suplementar normas gerais).

Longe de contrariar a Lei nº 8.987/1995 e a Lei nº 11.079/2004, a medida qualifica a governança local, garantindo controle político-democrático sobre decisões que impactam o patrimônio público, a prestação de serviços e o erário no longo prazo.

Outrossim, o ajuste do art. 26, condicionando a abertura do processo licitatório à prévia lei autorizativa específica, confere racionalidade ao fluxo decisório: a autorização política antecede a fase procedimental e evita custos e esforços administrativos em projetos que ainda não contam com anuência legislativa. Esse encadeamento prestigia o planejamento, a transparência (consulta pública e publicação de estudos) e a responsabilidade fiscal, sem afastar o rito licitatório e as etapas técnicas previstas nas normas gerais.

O acréscimo ao art. 17, condicionando a outorga da concessão à lei autorizativa específica, alinha o dispositivo à diretriz central da Emenda, garantindo coerência





*Estado de Santa Catarina*

## **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ZORTÉA**



interna e reforçando o papel institucional da Câmara, sem invadir competências executivas. Trata-se de salvaguarda adicional para que contratos de longo prazo sejam precedidos do devido juízo político, com visão de interesse público e de sustentabilidade econômico-financeira.

Por fim, a supressão do § 2º do art. 41 e do parágrafo único do art. 43 elimina ambiguidades e sobreposições normativas, prevenindo conflitos na disciplina da contratação e da execução dos serviços e alinhando o texto às normas gerais aplicáveis e ao modelo de governança proposto.

Em síntese, a Emenda reforça a legalidade e a competência municipal, assegura a separação de poderes com um CGPPP opinativo, condiciona licitações e outorgas à autorização legislativa específica, em consonância com a Lei Orgânica, e elimina disposições que possam gerar conflito normativo ou fragilizar a responsabilidade fiscal.

Com isso, aprimora-se o Projeto, elevando o padrão de governança, transparência e segurança jurídica das concessões e PPPs no Município de Zortéa.

**Edson Antonio Calliari Moro**

**Élio João Maria Rodrigues**

**Francisco Piazza**

**Maicon Fabiano Martinazzo**

**Mateus Rodrigo Antunes Pires**

**Mateus Manoel Jung**